

# VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI

Professor-associado da Faculdade de Direito da UFMT. Pós-Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa. Doutor *summa cum laude* em Direito Internacional pela UFRGS. Mestre em Direito pela Unesp, *campus* de Franca. Advogado e Consultor Jurídico.

# CURSO DE DIREITOS HUMANOS

**7<sup>a</sup>**  
edição

revista,  
atualizada  
e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2020 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 10.10.2019
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

M429c

Mazzuoli, Valerio de Oliveira

Curso de direitos humanos / Valerio de Oliveira Mazzuoli. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8805-0

1. Direitos humanos. I. Título.

19-60060

CDU: 342.7

# Sumário

## PARTE I PARTE GERAL

### Capítulo I NOÇÕES GERAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS

1. Conceito .....	23
2. Terminologia .....	25
3. Amplitude .....	27
4. Fundamento e conteúdo .....	29
5. Características .....	30
6. Gramática dos direitos humanos .....	32
7. Interpretação conforme os direitos humanos .....	33

### Capítulo II RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO E DIREITOS HUMANOS

1. Conceito de responsabilidade internacional .....	37
2. Finalidades da responsabilidade internacional .....	38
3. Características da responsabilidade internacional .....	38
4. Natureza jurídica da responsabilidade internacional.....	40
5. Obrigações <i>erga omnes</i> e normas internacionais de <i>jus cogens</i> .....	41
6. Responsabilidade do Estado no sistema interamericano.....	44

### Capítulo III GERAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	47
2. Inspiração da Revolução Francesa.....	47
2.1. Primeira geração (liberdade).....	48
2.2. Segunda geração (igualdade).....	48
2.3. Terceira geração (fraternidade).....	48
2.4. Quarta geração (solidariedade).....	49
2.5. Quinta geração (esperança).....	49

3. As gerações de direitos na jurisprudência do STF.....	50
4. Críticas ao sistema geracional .....	51

### Capítulo IV

#### DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1. Precedentes históricos .....	55
1.1. O direito humanitário .....	56
1.2. A Liga das Nações.....	57
1.3. A Organização Internacional do Trabalho .....	57
2. Contribuições dos precedentes .....	58
3. Emergência do Direito Internacional dos Direitos Humanos .....	59
4. Estrutura normativa do sistema internacional de proteção .....	61
4.1. Sistema global.....	61
4.2. Sistemas regionais.....	62
4.3. Coexistência dos sistemas.....	62
5. Corte Internacional de Justiça e proteção dos direitos humanos .....	63

### Capítulo V

#### AS NAÇÕES UNIDAS E A PROMOÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

1. A Carta da ONU e a promoção dos direitos humanos .....	65
2. Direitos humanos e reserva de jurisdição interna: o art. 2.º, § 7.º, da Carta da ONU .....	67
3. Ausência de definição da expressão “direitos humanos e liberdades fundamentais” .....	70
4. Um passo rumo à Declaração Universal de 1948 .....	70

### Capítulo VI

#### DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	73
2. Estrutura da Declaração Universal.....	75
3. Natureza jurídica da Declaração Universal .....	77
4. Relativismo <i>versus</i> universalismo cultural.....	79
5. Impacto (internacional e interno) da Declaração Universal.....	83

### Capítulo VII

#### PACTOS INTERNACIONAIS DA ONU DE 1966 E MECANISMOS CONVENCIONAIS DE MONITORAMENTO

1. A criação dos mecanismos de proteção .....	85
---	----

1.1. Por que dois Pactos Internacionais? .....	85
1.2. Finalidade dos Pactos de 1966.....	87
2. Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos.....	88
3. Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos.....	92
4. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	94
5. Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	98

## Capítulo VIII

### MECANISMOS GLOBAIS NÃO CONVENCIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

1. Entendimento do tema.....	101
2. O papel da Comissão (Conselho) de Direitos Humanos.....	102
3. A Resolução 1.235 do ECOSOC ( <i>apartheid</i> e demais temas).....	103
4. A Resolução 1.503 do ECOSOC (procedimento confidencial).....	105
5. Revisão Periódica Universal (sistema <i>peer review</i> ).....	108
6. Mecanismos não convencionais e o Brasil.....	110

## Capítulo IX

### SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO

1. Sistema europeu .....	113
1.1. Convenção Europeia de Direitos Humanos .....	115
1.2. Corte Europeia de Direitos Humanos.....	116
1.3. Sentenças da Corte.....	118
2. Sistema interamericano.....	119
2.1. Convenção Americana sobre Direitos Humanos .....	119
2.2. Órgãos de proteção (Comissão e Corte Interamericana) .....	122
2.2.1. Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	123
2.2.2. Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	125
2.3. Exequibilidade doméstica das decisões da Corte Interamericana.....	128
3. Sistema africano .....	130
3.1. Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos .....	131
3.2. Órgãos de proteção (Comissão e Corte Africana).....	132
3.2.1. Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos .....	133
3.2.2. Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos .....	134
4. Mundo árabe.....	135
5. Ásia .....	137
6. Quadro sinótico dos sistemas regionais.....	138

## Capítulo X

CARTA DEMOCRÁTICA  
INTERAMERICANA

1. Introdução.....	139
2. Natureza jurídica.....	141
3. Direito à democracia e obrigação de sua proteção.....	143
4. Democracia e direitos humanos.....	144
5. Democracia, desenvolvimento integral e combate à pobreza.....	145
6. Ruptura da ordem democrática e retorno ao <i>status quo</i> .....	145
7. Democracia e as missões de observação eleitoral.....	148

## Capítulo XI

PROTEÇÃO DOS DIREITOS  
HUMANOS NO MERCOSUL

1. Introdução.....	149
2. O Mercado Comum do Sul e os direitos humanos.....	149
3. Normativa internacional.....	150
3.1. Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile (1998).....	150
3.2. Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos no Mercosul (2005).....	152
3.3. Protocolo de Montevideú sobre Compromisso com a Democracia no Mercosul – Ushuaia II (2011).....	153
4. Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos – IPPDH.....	154
5. Infraestrutura para proteção e promoção dos direitos humanos no Mercosul.....	156
6. Conclusão.....	157

## Capítulo XII

## DIREITO INTERNACIONAL PENAL

1. Introdução.....	159
2. Precedentes históricos do TPI.....	159
2.1. O legado do Holocausto e o Tribunal de Nuremberg.....	160
2.2. Outros tribunais internacionais (Tóquio, ex-Iugoslávia e Ruanda).....	161
3. O Tribunal Penal Internacional.....	163
4. Características do TPI.....	164
4.1. Natureza supraconstitucional (centrífuga).....	164
4.2. Tribunal independente.....	165
4.3. Órgão subsidiário.....	166
4.4. Justiça automática.....	166

5. Estrutura e funcionamento do TPI.....	166
6. Impossibilidade de reservas do Estatuto.....	170
7. Competência material do TPI.....	170
7.1. Crime de genocídio.....	170
7.2. Crimes contra a humanidade.....	170
7.3. Crimes de guerra.....	171
7.4. Crime de agressão.....	172
8. A responsabilidade penal individual.....	173

### Capítulo XIII

#### INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

1. Introdução.....	175
2. Processo de celebração de tratados na forma do art. 5.º, § 3.º, da Constituição ...	178
3. Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente de aprovação qualificada.....	183
4. Efeitos dos tratados “equivalentes às emendas constitucionais”.....	185
4.1. Reforma da Constituição.....	186
4.2. Impossibilidade de denúncia.....	190
4.3. Tratados como paradigma do controle concentrado de convencionalidade.....	194
5. Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da data de sua ratificação (antes ou depois da EC 45/2004).....	194
6. Aplicação imediata dos tratados de direitos humanos.....	196
7. Os tratados de direitos humanos como paradigmas à federalização das graves violações de direitos humanos: o incidente de deslocamento de competência (CF, art. 109, V-A e § 5.º).....	198
8. Interpretação dos tratados de direitos humanos e o princípio <i>pro homine</i> .....	199
9. Conclusões acerca do procedimento brasileiro de incorporação de tratados internacionais: “sistema único diferenciado”.....	200

### Capítulo XIV

#### CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE

1. Introdução.....	203
2. A doutrina do controle de convencionalidade no sistema interamericano.....	205
3. O controle de convencionalidade no Direito brasileiro.....	210
3.1. Controle concentrado de convencionalidade.....	210
3.2. Controle difuso de convencionalidade.....	213
4. Controle de suprallegalidade.....	215
5. Devido processo convencional.....	216

5.1. Devido processo convencional internacional .....	217
5.2. Devido processo convencional interno.....	218
6. Conclusão.....	220

**PARTE II**  
**PARTE ESPECIAL**

Capítulo XV

DIREITOS HUMANOS DAS MINORIAS  
E GRUPOS VULNERÁVEIS

1. Direitos humanos das mulheres.....	224
1.1. Normativa internacional de proteção.....	225
1.2. Decisão internacional e consequências no plano interno .....	229
1.3. Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	232
1.4. (Des)criminalização do aborto até o terceiro mês de gravidez.....	234
2. Direitos humanos dos idosos .....	235
2.1. Normativa internacional de proteção.....	236
2.2. Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos (2015) .....	241
2.3. Proteção jurídica da pessoa idosa no Brasil.....	243
3. Direitos humanos das crianças e adolescentes.....	245
3.1. Normativa internacional de proteção.....	246
3.2. Direitos humanos das crianças e adolescentes na jurisprudência interna ...	250
3.3. Redução da maioridade penal no Brasil .....	252
3.4. Lei Menino Bernardo (Lei n.º 13.010/2014).....	254
4. Direitos humanos dos povos indígenas e comunidades tradicionais .....	255
4.1. Conceito de “povos indígenas” e “comunidades tradicionais” .....	257
4.2. Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (1965) .....	258
4.3. Da visão integracionista à sociedade pluriétnica: as Convenções n.º 107 e n.º 169 da OIT .....	259
4.4. Marcos atuais: Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) e Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007).....	264
4.5. Proteção dos povos indígenas no sistema interamericano de direitos humanos .....	265
4.6. O caso da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.....	269
4.7. Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2016).....	270
5. Direitos humanos das pessoas com deficiência .....	284
5.1. Conceitos.....	286



5.2.	Instrumentos internacionais de proteção .....	288
5.3.	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência .....	290
5.4.	Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015).....	293
5.5.	Acesso à leitura às pessoas cegas ou com deficiência visual (Tratado de Marraqueche) .....	294
6.	Direitos humanos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais (comunidade LGBTI).....	300
6.1.	Normativa internacional de proteção.....	304
6.2.	Casos internacionais emblemáticos.....	306
6.3.	União homoafetiva na jurisprudência do STF .....	313
6.4.	União homoafetiva na jurisprudência da Suprema Corte dos EUA .....	315
6.5.	União homoafetiva na jurisprudência da Corte Constitucional da Colômbia.....	316
6.6.	Obrigações estatais relativas à mudança de nome, à identidade de gênero e aos direitos decorrentes de vínculo entre pessoas do mesmo sexo (Opinião Consultiva n.º 24/2017 da Corte IDH).....	316
6.7.	Criminalização dos atos de homofobia e transfobia pelo STF.....	320
7.	Direitos humanos dos refugiados .....	323
7.1.	Regulamentação internacional.....	323
7.2.	Regulamentação interna .....	326
7.3.	A questão dos migrantes.....	328
8.	Direitos humanos dos consumidores.....	330
8.1.	Proteção do consumidor no Mercosul.....	331
8.2.	Proposta de normativa interamericana de proteção .....	333
9.	Direitos humanos das pessoas em situação de rua.....	334
9.1.	O que é a “situação de rua”?.....	335
9.2.	Discriminação e estigmatização das pessoas em situação de rua.....	336
9.3.	Política Nacional para a População em Situação de Rua e Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento (Decreto n.º 7.053/2009)....	338
9.4.	Guia do Ministério Público para a defesa dos direitos das pessoas em situação de rua.....	342
9.5.	Obrigações internacionais dos Estados na proteção das pessoas em situação de rua .....	346
9.6.	Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	348

## Capítulo XVI

### LEIS DE AUTOANISTIA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

1.	Introdução.....	351
2.	Justiça de transição e leis de autoanistia .....	351

3. Leis de autoanistia e o dever de perseguir as violações de direitos humanos.....	354
4. Posição da Corte Interamericana sobre as leis de autoanistia.....	355
4.1. Primeiros precedentes (casos “Barrios Altos”, “Almonacid Arellano” e “La Cantuta”).....	355
4.2. A Corte Interamericana e o Brasil (caso “Gomes Lund” – “Guerrilha do Araguaia”).....	357
5. Obrigação de controlar a convencionalidade das leis de autoanistia.....	359
6. Direito à verdade e à justiça e sua implementação no Brasil.....	361
7. Conclusão.....	364

### Capítulo XVII

#### DIREITOS COMUNICATIVOS E ACESSO LIVRE À INTERNET

1. Conceito de direitos comunicativos.....	365
2. Limites aos direitos comunicativos.....	369
3. Espécies de direitos comunicativos.....	371
4. Formas de violação dos direitos comunicativos.....	371
5. Marco Civil da Internet no Brasil.....	371
5.1. Direitos humanos como fundamento do Marco Civil da Internet.....	372
5.2. Acesso à Internet como essencial ao exercício da cidadania.....	372
5.3. Direito humano ao acesso livre à Internet.....	374
6. A questão das “mídias sociais”.....	375
7. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	377
8. Direitos comunicativos e “direito ao esquecimento”.....	386
9. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos.....	391

### Capítulo XVIII

#### POLÍTICA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	393
2. Os primeiros Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH 1 e 2).....	394
3. O 3.º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).....	395
4. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos.....	397
4.1. Princípios de Paris sobre as Instituições Nacionais de Direitos Humanos ...	397
4.2. Finalidade, composição e missão do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.....	399
5. Conclusão.....	402

### Capítulo XIX

#### MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA E POLÍCIA JUDICIÁRIA NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	403
--------------------	-----

2.	Ministério Público na defesa dos direitos humanos.....	404
2.1.	Instrumentos de tutela.....	404
2.2.	Defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais .....	404
2.3.	Defesa do direito à educação .....	405
2.4.	Competência para deflagrar o controle concentrado de convencionalidade ...	405
3.	Defensoria Pública na defesa dos direitos humanos .....	406
3.1.	Acesso à justiça e as “100 Regras de Brasília” .....	407
3.2.	Defensor Interamericano .....	408
3.3.	Resoluções 2.656 (XLI-O/11) e 2.801 (XLIII-O/13) da OEA sobre a importância dos defensores públicos oficiais e fortalecimento da Defensoria Pública .....	409
3.4.	Defensoria Pública e defesa dos direitos humanos.....	410
3.5.	Defensoria Pública como <i>custos vulnerabilis</i> .....	411
4.	Polícia Judiciária na defesa dos direitos humanos.....	414
4.1.	As “100 Regras de Brasília” e sua observância pelo Delegado .....	415
4.2.	Resolução 43/173 da ONU .....	415
4.3.	Lei n.º 12.830/13 como garantia complementar ao bloco de convencionalidade .....	417
4.4.	Aferição de convencionalidade pelo Delegado de Polícia .....	418
4.5.	Contraditório e ampla defesa no inquérito policial.....	418
5.	Conclusão.....	419

## Capítulo XX

### EDUCAÇÃO E CULTURA EM DIREITOS HUMANOS

1.	Introdução.....	421
2.	Educação em direitos humanos .....	422
3.	Por uma cultura de direitos humanos .....	424
4.	O papel do Conselho de Direitos Humanos da ONU na consolidação da educação em direitos humanos .....	425
5.	Normativa das Nações Unidas sobre educação e formação em matéria de direitos humanos.....	426
6.	Conclusão.....	427

## Capítulo XXI

### SOBERANIA E DIREITOS HUMANOS

1.	Introdução.....	429
2.	Há soberania no plano internacional? .....	430
3.	Dois fundamentos irreconciliáveis .....	432
4.	Direitos humanos e flexibilização da soberania.....	433
5.	Conclusão.....	434

## Capítulo XXII

## EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	435
2. Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU (2011) ...	438
3. Informe da Comissão Interamericana sobre povos indígenas, comunidades afrodescendentes e indústrias extrativistas (2015) .....	446
4. Projeto de convenção da ONU sobre empresas transnacionais e direitos humanos .....	450
5. <i>Compliance</i> na proteção dos direitos humanos.....	451
6. Racismo ambiental.....	453
7. Direitos humanos das empresas?.....	454
8. Meio ambiente e direitos humanos (Opinião Consultiva 23/17 da Corte Interamericana de Direitos Humanos) .....	455
9. Conclusão.....	457
Referências Bibliográficas.....	459
Obras do Autor .....	479